



O 14º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

O 14º Congresso Nacional da CUT (14º Concut) acontece em meio a uma terrível situação para as massas, e quando elas reagem como podem aos ataques sobre seus salários, empregos e direitos. No entanto, o Congresso não expressa as reais necessidades das massas, muito menos as lutas que erguem. É um congresso totalmente burocrático, voltado a legitimar em suas resoluções tudo o que as direções sindicais governistas têm feito na prática: defender obsessivamente as políticas do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, conter como podem qualquer tendência de luta das massas, manter as lutas que ainda ocorrem, apesar da conduta traidora das direções, fragmentadas, isoladas, divididas. A colaboração com os capitalistas e seus governos é tal que o exercício da ação sindical é limitado a negociar os ataques que recaem sobre as massas no quadro estabelecido pela burguesia, seus governos e instituições.

A tremenda burocratização do Congresso já se prova pelo fato de que qualquer trabalhador que pretenda participar dele terá de fazê-lo conduzido pelas mãos das direções sindicais. Somente poderá ser delegado se disser amém para as condições impostas pela burocracia sindical. Para ser delegado, terá de passar por filtros que condicionam politicamente a escolha de delegados. E, se não for delegado, nem mesmo poderá estar presente nas plenárias que decidirão a política e organização da Central. Aliás, com muita dificuldade saberá onde ocorrerá o Congresso, já que sequer isso está informado às bases.

A maior central sindical do país aprovará, com toda certeza – já que a maioria esmagadora dos delegados são indicados a dedo pelas direções – uma maior centralização política ao redor do governismo, uma política sindical ainda mais subordinada aos interesses gerais dos patrões e governos, o colaboracionismo mais aberto quanto à chamada “reestruturação das relações do trabalho” – entenda-se aqui, maior exploração do trabalho assalariado, menos direitos, mais precarização e terceirização, menos empregos e menores salários, etc.

O maior distanciamento das bases é consequência direta da política pró-patronal e pró-governista da direção. Um balanço político da atuação da Central nos últimos anos prova isso.

Uma direção que entregou o destino das massas aos exploradores e seus governos, na Pandemia

Quando a Pandemia chegou ao Brasil, as direções sindicais, com a da CUT à frente, desmobilizaram e fecharam os sindicatos, deixando a resposta ao Covid-19 nas mãos dos governos e dos capitalistas. Sem chamar as assembleias para discutir e aprovar um plano de reivindicações que pudesse de fato proteger as massas, as direções ainda colaboraram com os acordos de redução de jornada e salários,

demissões e terceirização, e outras medidas de proteção aos capitalistas. Parte das massas foi levada à política burguesa de isolamento social (quarentena de classe), parte teve de se manter trabalhando, pegando o transporte público e o caminho para os caixões. Jamais uma direção pode entregar o destino dos trabalhadores aos seus exploradores e governos. Somente com uma posição de independência de classe e uma resposta classista, seria possível defender de fato a vida das massas, que a burguesia e seus governos provaram não serem capazes de fazer.

Uma direção que se nega a defender a fonte de sobrevivência em troca de migalhas

O fechamento de fábricas tem resultado numa reação em cadeia pela produção, afetando toda a cadeia produtiva, e multiplicando as demissões e o desemprego, assim como o comércio ligado a esses assalariados. As direções sindicais se negam a organizar os trabalhadores para resistirem ao fechamento de fábricas, defendendo os empregos por meio das ocupações, controle operário coletivo e estatização, e convocando a luta unitária da classe para proteger os empregos e salários. Negociam as indenizações, dentro dos planos dos capitalistas de fechamento e demissão. Agem como um intermediário que favorece os patrões, como agente político de suas medidas ao interior das organizações de massa.

Uma direção que negocia com o governo a destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários

As reformas trabalhista e previdenciária foram aprovadas, apesar dos protestos das massas, na poderosa greve geral de 2017 e na outra de 2019. Isto porque as direções se negaram a unificar e ampliar os movimentos, a radicalizá-los para impor sua derrubada com a força coletiva das massas, preferindo o caminho da apresentação de emendas parlamentares. Aqui também seguiram o caminho das negociações no campo ditado pelos governos, Temer e Bolsonaro. O cretinismo parlamentar que domina a prática das direções e dos partidos e organizações de esquerda presta uma colaboração inestimável para que a burguesia e seus governos despejem o peso da crise sobre as massas.

Uma direção que não é capaz de defender as estatais e organizar a luta contra as privatizações

Seja com governos do PT, do MDB, da extrema-direita ou de Frente Ampla, as privatizações prosseguem. As privatizações são uma medida de proteção ao capital financeiro, que diante da crise capitalista não consegue preservar seus lucros somente com o aumento da exploração do trabalho. A

entrega das estatais aos exploradores permite que mantenham seus lucros, explorando a propriedade antes estatal, reduzindo investimentos, aumentando tarifas, e quem paga por tudo são as massas. A luta contra a privatização não é organizada nem mesmo no interior das estatais ameaçadas, quando deveria ser uma luta geral dos explorados. As direções mantêm sua posição formal contrária às privatizações, mas deixa que tudo seja resolvido por dentro das instituições da democracia burguesa apodrecida, que só pode decidir em favor de mais ataques às massas para proteção dos capitalistas e seus lucros.

Uma direção que se coloca a apoiar frações capitalistas, subordinando os trabalhadores aos interesses e disputa de seus opressores

Para os assalariados, não importa se o Banco Central mantém juros elevados e se a inflação está dentro ou fora da chamada Meta Fiscal. O que importa aos assalariados é a capacidade de compra dos salários e a existência do emprego a todos. Mas as direções se negam a defender as necessidades próprias das massas e as chamam a apoiar esta ou aquela fração da burguesia, bancos ou indústria. Submetem as organizações das massas à disputa entre os capitalistas, para ver quem fica com uma fatia maior ou menor do que sugam dos assalariados por meio da exploração do trabalho. Ignoram completamente a necessidade de defender os salários por meio do reajuste automático de salários de acordo com a inflação medida pelos trabalhadores, e um salário mínimo real definido nas assembleias; e os empregos, por meio da estabilidade no emprego e redução da jornada sem redução de salários de forma a que não haja mais nenhum desempregado (escala móvel de horas de trabalho).

Uma direção que serve de base eleitoral e arrasta suas bases a apoiar um governo burguês

Nas eleições burguesas, está em jogo que parte da burguesia vai comandar o Estado burguês. Nas últimas eleições, de um lado, se colocaram as frações mais avançadas (?) do capital nacional (Fiesp, Febraban, etc.), e os governos das potências imperialistas (tendo os EUA à frente) – essa frente apoiou Lula/Alckmin; e de outro, os madeireiros e garimpo ilegal, o agronegócio e grandes comerciantes, juntamente às igrejas evangélicas, fabricantes de armas, etc. – essa frente apoiou Bolsonaro. Os assalariados e suas organizações de massa não devem apoiar nenhum governo burguês. O que determina se há avanços ou retrocesso é a correlação de forças na luta de classes entre explorados e exploradores e seus governos. Qualquer governo burguês governará protegendo a burguesia e atacando as massas. Basta ver o Arcabouço Fiscal, Reforma Tributária e Marco Temporal, para ver como a burguesia maneja seu governo para proteger seus interesses, à custa dos ataques às massas.

Por uma direção revolucionária para a CUT

Não será por meio de um congresso burocrático e governista até o último fio de cabelo que a CUT poderá servir de organismo para a unidade de ação das massas contra a burguesia e seus governos. Mas as massas lutam em defesa de suas condições de vida e trabalho, como provam as 558 gre-

ves somente no 1º semestre deste ano. O mesmo acontece nos continentes em todo o mundo. As massas são movidas pelas contradições objetivas do capitalismo em decomposição, apesar das direções. Esse impulso não poderá ser eternamente contido pelas políticas de conciliação de classe, pelo governismo, pelo burocratismo. As massas romperão o dique de contenção de suas lutas, e vão unificá-las instintivamente, ultrapassando suas direções corrompidas ideológica e economicamente pelos exploradores. Dessa forma, vão recuperar suas organizações de massa, os sindicatos e a sua central. A construção de frações de oposição revolucionária no seu interior vai ajudar nesse caminho, que vai dar passos para a conquista do poder próprio dos explorados, o governo operário e camponês, que virá por meio da revolução proletária.

Como seria um congresso de luta e com democracia operária

- 1) Deveria eleger delegados nas assembleias de base, priorizando as assembleias operárias e dos setores em luta, em greve, com peso dobrado na escolha de seus delegados.
- 2) A escolha dos delegados deveria ser feita a partir das suas propostas políticas feitas em teses, distribuídas com antecedência, e também a partir da avaliação coletiva de sua prática no movimento.
- 3) O congresso deveria se concentrar na discussão coletiva das resoluções que respondessem à terrível situação vivida pelas massas, sob sucessivos ataques dos capitalistas e seus governos às condições de vida e trabalho. Deveria se assentar na defesa das reais necessidades das massas a serem defendidas com a luta de classes, na mais ampla democracia operária, e na real independência de classe.
- 4) Os delegados eleitos diretamente pela base prestariam contas do que discutiram e decidiram no Congresso às bases que os elegeram. E trabalhariam pela unidade política e organizativa das massas contra os governos e os capitalistas.
- 5) Um Congresso de luta jamais se colocaria pela defesa de interesses patronais, opostos aos explorados. Muito menos se subordinaria a qualquer governo burguês, fosse ele de direita ou de esquerda.
- 6) A eleição da direção da Central deveria escolher aqueles delegados que expressassem mais fielmente as resoluções aprovadas. Por meio da proporcionalidade, permitir que todas as correntes de pensamento da classe participassem da direção. A direção deveria estar subordinada ao controle das bases, com revogabilidade de mandato e rodízio de cargos.
- 7) Um Congresso de luta terminaria aprovando um plano de lutas que organizaria uma campanha nacional de mobilização por uma plataforma de reivindicações que unisse nacionalmente as massas contra os capitalistas e seus governos.
- 8) Um Congresso de luta avançaria na organização dos explorados em direção à construção de seu poder próprio de classe, se colocaria pela revolução proletária e pelo governo operário e camponês.